

O Brasil vai liderar pelo exemplo: COP30 e o fundo das florestas tropicais



» **PAULA WOJCIKIEWICZ ALMEIDA**
» **MARIANA MARIANI**
Respectivamente, coordenadora e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito Global e do Centro de Excelência Jean Monnet, ambos da FGV Direito Rio

O presidente Lula anunciou aporte de US\$ 1 bilhão no Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Em discurso, frisou que “os recursos para conservação (de florestas) são escassos” e que “não haverá solução possível para as florestas tropicais sem o protagonismo de quem vive nelas”. O TFFF é o mais novo instrumento de uma extensa lista de iniciativas internacionais de governança de florestas, que teve início com a Conferência de Estocolmo em 1972, quando 113 países reconheceram a importância de uma ação coordenada no seu monitoramento e conservação. Tornando-se cada vez mais ambiciosas, as metas de conservação vêm sendo constantemente atualizadas. Em 2021, em Glasgow, a Declaração dos Líderes sobre Florestas e Uso da Terra estabeleceu o compromisso de desmatamento zero até 2030.

Os grandes países emissores também apresentam legislações ambiciosas: com o Lacey Act, os Estados Unidos proíbem a comercialização de plantas que tenham sido extraídas em violação a alguma lei estadunidense. No Reino Unido, a Forest Risk Commodity Regulation visa restringir a importação de produtos provenientes de áreas desmatadas. Já na China, a Lei

de Florestas obriga o Estado, proprietário das florestas, a adotar metas de responsabilidade e performance em relação aos recursos florestais.

No âmbito regional, a União Europeia adotou o Regulamento Anti-Desmatamento, medida baseada em mercado que busca impor aos comerciantes obrigações de diligência para evitar que commodities fruto de desmatamento sejam comercializadas na região. A norma teve sua vigência alterada para o fim de 2025, contudo, e há indicativos de que um novo pedido de adiamento possa mudar a vigência para o fim de 2026.

Apesar de décadas de compromissos, o desmatamento persiste, tendo o mundo perdido 28,3 milhões de hectares de florestas em 2023. Nesse âmbito, o TFFF surge como uma promessa de mecanismo inovador, com o racional subjacente de tornar a conservação economicamente vantajosa.

Apresentado pelo Brasil durante a COP28, o Fundo busca recompensar financeiramente países que conservem suas florestas tropicais por meio de pagamentos anuais vinculados à verificação por satélite da preservação de hectares de floresta. A iniciativa é organizada em dois braços: um fundo de investimento, TFIF, que mobilizará recursos públicos e privados para financiar os pagamentos aos países participantes; e a Tropical Forest Facility, TFF, a qual será responsável pela gestão do programa — o que inclui coordenar o sistema de monitoramento de florestas e fazer a gestão do sistema de recompensas.

O Fundo adota um modelo autossustentável ao prever, pelo TFIF, o investimento em títulos de renda fixa no mercado internacional, para gerar retornos superiores ao custo de capital. O objetivo é criar incentivos previsíveis e de longo prazo. Assim, entes

públicos e privados investirão no Fundo — o qual gerenciará os recursos, aportando seu capital em um portfólio de ativos de renda fixa, gerando retorno financeiro em um spread esperado de 2,5 a 3% ao ano. Com os dividendos, será feito o pagamento da dívida sênior e dos juros sobre o capital investido. Ao fim, os pagamentos para os Estados-membros que conservaram suas florestas serão feitos.

Cada país participante poderá receber até US\$ 4 por hectare preservado, com descontos proporcionais em casos de desmatamento: para cada hectare desmatado, até 100 hectares deixam de ser remunerados. Pelo menos 20% dos recursos devem chegar diretamente a povos indígenas e comunidades locais. A expectativa é de que o TFFF triplique o volume atual de financiamento internacional não reembolsável para florestas.

Ao anunciar a contribuição bilionária no Fundo, Lula disse que o Brasil lideraria pelo exemplo, ao ser o primeiro país a se comprometer com o TFFF. A expectativa é de que, durante a COP30, outros países anunciem suas contribuições. Ao adotar um modelo autossustentável de financiamento, o TFFF se diferencia de iniciativas existentes de financiamento climático, as quais são inexoravelmente dependentes de doações ou são quase que exclusivamente formadas por aportes governamentais.

Ainda pairam dúvidas, contudo, sobre a real participação das comunidades locais no Fundo, tanto na gestão quanto no recebimento de benefícios. A natureza dos investimentos feitos pelo TFIF também deverá ser acompanhada com cautela para evitar que, em nome do combate ao desmatamento, não sejam feitos investimentos ambientalmente irresponsáveis.

Maurenilson



Dia da Memória das Vítimas da Corrupção



» **CRISTOVAM BUARQUE**
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Ao criar o Dia da Memória das Vítimas do Comunismo, o governador do Distrito Federal se refere, provavelmente, às vítimas do regime comunista da antiga União Soviética, que desapareceram há quase meio século. Não está considerando as vítimas da Rússia capitalista na Ucrânia, nem os 6 milhões — quase todos judeus — mortos pelo regime de direita nazista na Alemanha. Tampouco considera os 1.700 israelenses mortos e os cerca de 300 sequestrados, vítimas do terrorismo do Hamas, nem os 70 mil mortos e condenados à fome por Israel no gueto de Gaza. Ainda menos, não leva em conta as dezenas de milhares de presos, torturados, exilados ou os mortos pela ditadura militar de direita capitalista no Brasil.

É estranho criar um dia para lembrar as vítimas do comunismo na União Soviética quando, no Brasil, os comunistas sempre foram as vítimas — nos 10 anos do Estado Novo e nos 21 anos da ditadura militar —, sem promover um dia em memória das vítimas passadas do regime militar e das vítimas da corrupção em nosso regime democrático.

Seria justo decretar um dia de memória pelos 400 mil mortos que teriam sobrevivido à covid-19 se o presidente daquela época tivesse o mínimo de

sensibilidade e competência — em vez do escárnio e da estupidez com que tratou os doentes e seus familiares, recusando vacinas, zombando dos mortos, chamando-os de fracos.

O governador lembrou-se de vítimas do comunismo na finada URSS, mas não teve consideração pela memória dos brasileiros que enfrentam a tragédia da saúde pública no DF, provocada pela inoperância e pela corrupção. Apesar dos bilhões transferidos anualmente ao GDF pelo resto do Brasil, pela primeira vez na história há brasileiros indo buscar atendimento na rede pública de Goiás, porque não encontram tratamento dentro do nosso quadrilátero. É preciso um dia de memória para os que são obrigados a esse percurso e para os que sentem vergonha do estado em que a incompetência, o descuido e a corrupção deixaram o que antes era exemplo de excelência no sistema público de saúde do Brasil, com o programa Saúde em Casa.

Deveríamos ter um dia de memória para as crianças que morreram por descuido com a saúde e com a segurança da população. Nenhum dia foi proposto em homenagem às crianças assassinadas — como ocorreu com Isaac Vilhena, morto no último dia 17, aos 16 anos, entre as quadras 112 e 113 Sul. O governo do DF não sancionou uma lei criando o dia da memória dos 4 milhões de escravizados trazidos da África, nem dos nascidos no Brasil, transportados por nove meses no ventre de suas mães, tampouco de seus descendentes, que até hoje estudam em escolas-senzala. Não decretou um dia em memória dos 20 a 30 milhões de brasileiros que viveram e morreram sem saber ler e escrever devido ao descaso histórico de nossos governantes com a educação de nosso

povo. Nem pensou em lembrar dos que morreram de fome em país exportador de alimentos.

Somadas ao longo da história, o número de vítimas da corrupção — seja pela escolha errada de prioridades nas políticas públicas, seja pelo comportamento dos políticos que roubam em vez de cuidar do povo — é maior do que das vítimas dos crimes do comunismo em terras distantes e tempos passados.

Devemos lembrar as incontáveis vítimas de doenças e mortes decorrentes da ausência de saneamento, por descuido, incompetência e corrupção que desviavam verbas públicas; também as vítimas da falta de remédios e de equipamentos hospitalares; e as vítimas morais — os habitantes do DF envergonhados com a imagem, no dia 8 de janeiro de 2023, da inoperância de nossa segurança pública, incapaz de evitar a depredação dos prédios que simbolizam a democracia. Vergonha por não sabermos se o governo daquele momento foi incompetente ou se participou da tentativa de golpe, levando o secretário de Segurança e integrantes da nossa gloriosa Polícia Militar a perderem suas carreiras e serem condenados à prisão, enquanto seus superiores são inocentados.

Não se trata de discutir se as vítimas distantes do comunismo merecem ser lembradas no DF, mas de denunciar a hipocrisia derivada da embriaguez eleitoral de quem quer agradar aos golpistas. Precisamos de um Dia da Memória das Vítimas de Governos Locais Incompetentes, Corruptos e Embriagados Eleitorais. Uma data apropriada seria o 8 de janeiro, dia da nossa vergonha — com os que mostraram a cara no golpe e com aqueles que se esconderam, jogando a culpa em subordinados.

A assombrança da Rússia



» **JOSÉ HORTA MANZANO**
Empresário

Todo país com pretensões ao status de potência global tem de seguir o receituário tradicional, do qual não é possível escapar. Em primeiro lugar, é preciso ter uma superfície que lhe garanta massa crítica. Se, ao longo da história, países de território pouco imponente chegaram a se impor em campanhas bélicas, a série de vitórias não sobreviveu à escassez de alimentos e matérias-primas decorrente da falta de chão.

Em seguida, o candidato a potência tem de investir na indústria bélica. É o que sempre fizeram países tradicionalmente poderosos, e é o que tentam fazer candidatos prejudicados pela pouca extensão territorial, como a Coreia do Norte e o Irã.

Em terceiro lugar, toda potência mundial que se preze tem de contar com população importante. Veja-se o caso da China, cuja população, após décadas de “política do filho único”, decidiu adotar política natalista. Países que miram o status de potência global não podem se permitir conviver com decréscimo populacional.

A Rússia de Vladimir Putin, herdeira da grande, forte e temida União Soviética, vem empenhando todas as forças na recuperação do prestígio de antanho. De fato, o desmonte da URSS, no início da década de 1990, deu lugar a anos conturbados, durante os quais saltaram à vista as enormes dificuldades de uma competição forçada com o Ocidente havia provocado no país.

Em seu reinado, que já dura um quarto de século, Putin se propôs dois objetivos primordiais: permanecer no poder e restabelecer a grandeza do antigo império russo. O boné MAGA de Trump, uma vez transliterado, cairia bem como mote putiniano para a Rússia de hoje, algo como Make Russia Great Again.

Se tivesse vislumbrado o desastre que a campanha da Ucrânia estava por ocasionar, Putin talvez tivesse deixado a ideia de molho para momento mais propício. Na luta para recobrar o status de potência global, perdido há 35 anos, o ditador russo conta com dois aliados fiéis: a imensa superfície e o potencial bélico de seu país. Da área, não se discute, visto que se trata do maior país do mundo. Da indústria bélica, tampouco, visto o poder de dissuasão de seu arsenal nuclear.

Mas essa conta não fecha. Para complementá-la, um forte contingente populacional está faltando. Se a Rússia já assistia a um declínio de seu número de habitantes nestas últimas décadas, a agressão contra a Ucrânia e a guerra que daí decorreu vêm agravando a crise. Um levantamento vazado do ministério russo da Defesa no começo do mês informa que, entre os combatentes, 280 mil perdas teriam sido registradas só nos primeiros nove meses deste ano. Note-se que os mortos são em geral homens jovens, na faixa dos 25 a 39 anos, idade em que se entra de pé firme na vida ativa de trabalho.

Sangria adicional está ocorrendo em outra camada da população, na classe média superior. Os homens em idade de ser recrutados fogem do país e emigram para países da vizinhança ou até para o sul da Ásia ou para a Europa. Algumas projeções estimam essa emigração a 1 milhão de cidadãos só nos primeiros dois anos da guerra.

Um cruel círculo vicioso está formado. Quanto mais tempo dura a guerra, maior será o fluxo emigratório e mais dramáticas serão as perdas humanas. Uma guerra de trincheiras, como essa, precisa de carne de canhão, o que tende a causar maior morticínio entre os conscritos e a encorajar a emigração. A seguirem as coisas como estão, não é tão já que Putin porá fim ao espectro do despovoamento de seu país.

A voluntariosa entrada de tanques de guerra russos em direção a Kiev nos primeiros dias da invasão botou medo em muita gente. Muitos imaginaram rever o grande exército vermelho, aquele que tinha fincado a bandeira da URSS no topo do Reichstag, em Berlim, em 1945. No entanto, contrariando todos os prognósticos, os corajosos ucranianos conseguiram a proeza de repelir os tanques e salvar a capital de seu país.

A força bélica da Rússia reside em seu arsenal de mísseis e de ogivas. A imagem que se tem das tropas de solo saiu meio arranhada depois da campanha (e da retirada) de Kiev.

O melhor impulso que Putin poderia dar a seus sonhos de grandeza seria decretar já o fim das hostilidades, equipar e treinar melhor seus soldados e adotar uma política de abertura do país à imigração. Sem essas medidas, sua quimera de reaver a grande Rússia estará cada dia mais distante da realidade.